

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do ABC Comissão de Graduação

1 Ata da I sessão extraordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze 2 horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e cinco, e realizada na Sala 312-1, Bloco 3 A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André - SP. A reunião foi presidida pela professora Fernanda Graziella Cardoso, 4 5 Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Alysson Fábio 6 Ferrari, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Carolina Bezerra Machado, 7 Coordenadora pro tempore do curso de Licenciatura em História; Cesar Monzu Freire, Coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Danilo Trabuco do Amaral, Coordenador 8 do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Elizabete Campos de Lima, Vice-coordenadora do 9 curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Helói Francisco Gentil Genari, Vice-10 coordenador do curso de Engenharia de Informação; Isabel Coronel da Silva, Representante 11 Técnico-administrativa; João Lameu da Silva Junior, Vice-coordenador do curso de 12 13 Engenharia Biomédica; João Ricardo Sato, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em 14 Neurociência; José Luiz Bastos Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; 15 Luciana Aparecida Palharini, Vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências 16 Biológicas; Luiz Fernando Grespan Setz, Coordenador do curso de Engenharia de Materiais; 17 Maisa Helena Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Marcelo Bender Perotoni, Vice-coordenador do curso de Engenharia de 18 Instrumentação, Automação e Robótica; Marcia Aguiar, Coordenadora do curso de 19 20 Licenciatura em Matemática; Márcia Helena Alvim, Vice-diretora do Centro de Ciências 21 Naturais e Humanas (CCNH); Maria Candida Varone de Morais Capecchi, Coordenadora do 22 curso de Licenciatura em Física; Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Coordenadora do curso 23 de Licenciatura em Ciências Humanas; Mirela Inês de Sairre, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Química; Nyla Gabrielly Silva Dias, Representante Discente; Renata Simões, 24 25 Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Ramatis Jacino, Vice-26 coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Silvio Ricardo Gomes 27 Carneiro, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia; Suze de Oliveira Piza, Vice-28 coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo; Tatiana Lima Ferreira, Diretora do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Thais Tartalha do 29 30 Nascimento Lombardi, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências e 31 Humanidades. Ausentes: Alexandre Acácio de Andrade, Coordenador do curso de Engenharia 32 de Gestão; Ana Lígia Scott, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Arthur Caldeira Silva Leão, Representante Discente; Camila Caldeira Nunes 33 Dias, Coordenadora do curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Carlos Eduardo Gianetti, 34 35 Representante Técnico-administrativo; Cristina Autuori Tomazetti, Coordenadora do curso de 36 Engenharia de Energia; Elias David Morales Martinez, Coordenador do curso de Bacharelado 37 em Relações Internacionais; Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Marcos Vinícius Pó, Diretor do Centro de 38 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Rafael Cava Mori, 39 40 Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Rafael Santos de Oliveira Alves, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Renata Maria Pinto Moreira, 41 42 Coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Ronaldo Cristiano Prati, 43 Coordenador pro tempore do curso de Bacharelado em Ciências de Dados. Não votantes: 44 Marcelo Salvador Caetano, Pró-Reitor Adjunto de Graduação; Marineide de Oliveira Gomes,

Docente do CCNH; Rodrigo Roque Dias, Coordenador Geral dos Cursos de Graduação (CGCG). Apoio administrativo: Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração, e Gleica Rodrigues de Souza, Estagiária. Professora Fernanda cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e doze minutos. **Pauta única:** Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes. Professora Fernanda retomou a discussão do ponto, iniciada na VII sessão ordinária. Destacou que as mudanças foram realizadas com base nos apontamentos e discussões da última sessão. Informou que a proposta inclui a criação de 11 novas disciplinas, sendo nove obrigatórias e duas de opção limitada (OL). Passou a palavra ao proponente, professor Silvio, que iniciou a apresentação do PPC destacando as alterações feitas na versão encaminhada na semana anterior. Professor Silvio detalhou as disciplinas, que foram agrupadas por eixos (Fundamentos da Educação, Práticas de Ensino na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Artes e Cultura, Linguagens e Corpo e Saúde). Apresentou uma disciplina obrigatória que estará presente no eixo Fundamentos da Educação: Currículo, Conhecimento e Culturas nas/para as Infâncias. Esta disciplina visa aprofundar a compreensão sobre o currículo para as infâncias e os campos de experiência, além de abordar a perspectiva do professor polivalente. No eixo de Linguagens foram apresentadas duas disciplinas obrigatórias: Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental e Linguagem Matemática no Ensino Fundamental. Professora Fernanda fez a leitura das ementas. Professor Silvio ressaltou que ambas as disciplinas articulam teoria e prática. Destacou a importância dessas disciplinas para a formação de um professor polivalente. No eixo Corpo e Saúde está a disciplina Corpo e Movimento, que promove a análise crítica do corpo na educação infantil e anos iniciais, destacando a relação entre teoria e prática. No eixo Artes e Cultura está a disciplina Artes e Cultura nas Infâncias - Teoria e Prática, que busca desenvolver a formação estética e o ensino das artes. Professor Silvio também informou que a disciplina Diversidades e Singularidades nas Infâncias, originalmente obrigatória, foi alterada para opção limitada, a fim de adequar o projeto à quantidade de créditos previstos. Também abordou os estágios, que se dividem em obrigatórios e de opção limitada. Explicou as mudanças de natureza de alguns estágios, principalmente pela adequação às novas DCNs, como o Estágio de Articulação entre Escola e Espaços Científico-Culturais, que passou de obrigatório para opção limitada, inspirando-se no modelo das Licenciaturas em Ciências Humanas (LCH) e em Ciências Naturais e Exatas (LCNE). Além disso, detalhou os estágios obrigatórios, que totalizam 240 horas, e os de opção limitada, que somam 160 horas. Os estágios obrigatórios são o Estágio de Observação em Creches, Pré-escolas e Escolas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais, que seria um estágio inicial para alunos que ainda estão em processo de amadurecimento, ocorrendo no segundo quadrimestre do curso; Estágio de Regência, no qual o aluno, junto ao professor supervisor, conduz uma aula em um ambiente educativo; e o Estágio em Organização do Trabalho Pedagógico em Creches, Pré-escolas e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, que é focado na rotina institucional e na articulação com o projeto político-pedagógico da escola, observando o trabalho pedagógico de toda a equipe. Além dos estágios obrigatórios, apresentou o estágio opcional Estágio Multissetorial em Territórios Educativos, que articula a escola com outras instituições e com a comunidade local. Professor Silvio informou as alterações no PPC, sendo a principal a redução da carga horária de 3.400 horas para 3.244 horas. Destacou que a disciplina Arte e Ensino foi removida do núcleo obrigatório, mas permanecerá como opção limitada. Também apresentou uma nova matriz curricular, com base nas conversas com coordenadores, que ajustou a alocação de algumas disciplinas para otimizar a carga horária docente. A disciplina Bases Epistemológicas da Ciência Moderna foi movida para o segundo quadrimestre, atendendo a uma sugestão do Professor José Luiz. Da mesma forma, a disciplina de Libras foi movida para o sexto quadrimestre. O PPC também estabelece recomendações para os estágios, exigindo que o aluno

45

46

47

48

49

50 51

52

53 54

55

56

57

58

59

60 61

62

63 64

65

66 67

68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79 80

81

82 83

84

85

86

87

88 89

90

91 92

tenha cursado um número mínimo de disciplinas do primeiro ano. Professora Fernanda destacou que as sugestões da sessão anterior foram incorporadas ao documento, como a inclusão de quadros de atividades de extensão e a retirada de menções explícitas à Licenciatura em Pedagogia. Professora Renata Simões iniciou a rodada de discussões com perguntas sobre a quantidade de novas vagas docentes para a Leila, o perfil dos professores a serem contratados. Expressou preocupação de que alguns perfis de docentes, como o pedagogo, não seriam adequados para ministrar disciplinas como Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente (BIOA) e Libras. Professora Maisa parabenizou o trabalho do GT e levantou dúvidas sobre os estágios. Questionou se os estágios de opção limitada seriam obrigatórios em outros cursos e se o curso de Leila não teria poucas horas de regência, dado que apenas um dos estágios possui essa característica. Professora Renata Simões manifestou preocupação com o impacto do novo curso nas licenciaturas do CCNH, cujo corpo docente já é reduzido. Mencionou a dificuldade em realocar a disciplina BIOA, que é 100% de responsabilidade do seu curso, e que isso demandaria uma conversa com a plenária. Professor Silvio respondeu que já existe negociação com o MEC para a liberação de 10 vagas e que a Universidade pode recorrer a professores visitantes. Defendeu que a contratação de professores para a Pedagogia pode suprir a demanda de outras disciplinas, como BIOA, e que a própria Universidade está em processo de reavaliação de como as disciplinas são alocadas. Também comentou que a discussão sobre o perfil docente e sua alocação deveria ser feita mais detalhadamente com os coordenadores de curso. Professor Silvio respondeu à professora Maisa sobre os estágios, onde esclareceu que apesar de não ser explícito, o estudante pode acabar tendo, dentro da sala de aula, experiências de regência. Professora Fernanda sugeriu que as especificações dos estágios de opção limitada fossem retiradas do Projeto e constassem apenas a carga horária, pois os futuros cursos pós-Leila, como Pedagogia, poderão detalhar suas ofertas de estágio. Reiterou que a aprovação do Projeto Pedagógico é um passo necessário para que a Universidade possa, em seguida, buscar as vagas junto ao MEC, garantindo assim a viabilidade do curso. Professora Marcia Aguiar parabenizou o grupo de trabalho que desenvolveu o PPC, e comentou que na Licenciatura em Matemática é comum distribuir a regência entre os módulos, uma vez que os professores não costumam ter disponibilidade para 80 horas de regência. Ressaltou a importância da disciplina obrigatória de Matemática, mas sugeriu que a Pedagogia tenha mais disciplinas de opção limitada (OL) de Matemática. Professora Luciana Palharini elogiou a inclusão das recomendações para os estágios obrigatórios, mas sugeriu que fossem transformadas em requisitos, para garantir que os alunos tenham a base teórica antes de entrar no campo da prática. Também mencionou o impacto da nova licenciatura em outros cursos, como o de Ciências Biológicas. Professora Maisa concordou com a Professora Luciana sobre a necessidade de ter requisitos para a matrícula nos estágios, a fim de evitar que os alunos façam os estágios em qualquer ordem. Também sugeriu um estágio opcional para o ensino remoto, devido à sua crescente relevância. Professor Silvio concordou que o termo "requisito" seria mais enfático, e que a ideia dos estágios de regência já está prevista. Também mencionou a existência de outras disciplinas que podem cobrir o ensino remoto e que no curso de pedagogia há maior presença de disciplinas de matemática. Professora Fernanda sugeriu que fosse feita uma rediscussão da Resolução CG Nº 27/2021, para incluir a necessidade de requisitos de estágio, visto que essa foi uma necessidade observada em diversos cursos de licenciatura. Professor José Luiz questionou sobre a alocação das disciplinas História da Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e Libras, sugerindo que fossem alocadas em quadrimestres que coincidam com as ofertas de outros cursos para otimizar os docentes. Professora Renata Simões opinou que o PPC está sendo feito às pressas e reiterou sua preocupação sobre o impacto da nova licenciatura. Professora Márcia Alvim concordou que a discussão sobre o tema docente é inevitável. Defendeu que a Universidade precisa

94

95

96 97

98

99 100

101 102

103

104 105

106

107

108

109110

111

112113

114115

116

117

118119

120

121122

123

124

125 126

127

128 129

130

131132

133

134

135

136

137 138

139

140 141

entender o perfil dos docentes que virão com as vagas. Também questionou se a disciplina BIOA é fundamental para o novo curso. Professor Silvio explicou que as alocações foram resultado de conversas com diversos coordenadores e que as mudanças foram feitas para equilibrar a grade curricular e atender às demandas de alocação de docentes. Defendeu que o Projeto não foi feito às pressas, mas que foi um trabalho concentrado e intenso. Enfatizou que o Projeto tem uma dimensão política e histórica, pois atende a uma demanda de 20 anos da região. Professora Fernanda esclareceu que as vagas docentes não serão da Leila, mas de cursos específicos que a comporão, e que os docentes serão alocados em centros e cursos já existentes ou que virão a existir. Propôs uma recomendação formal da CG para a Comissão de Vagas, para que as preocupações discutidas sejam levadas em conta. Defendeu a permanência das disciplinas básicas, como BIOA, pois a UFABC busca formar cidadãos que reflitam sobre temas urgentes, como a emergência climática. Professora Carolina Bezerra parabenizou o GT pelo trabalho, manifestando sua solidariedade com o trabalho de construção do novo curso, e defendeu a necessidade de discutir o compartilhamento e a ementa das disciplinas. Professor Cesar fez apontamentos sobre o texto do documento, sugerindo a correção de uma carga horária e a retirada de conceitos não mais utilizados pela universidade. Também sugeriu a retirada das disciplinas de opção limitada do Projeto Pedagógico, deixando-as em um documento separado, para facilitar futuras atualizações. Professor Rodrigo explicou o raciocínio por trás da alocação de Libras e PEEEI, que visa desconcentrar a oferta ao longo do ano para evitar sobrecarga aos docentes. Professora Márcia Alvim comentou que a distribuição de disciplinas como Libras pode sobrecarregar o corpo docente, que já é reduzido. Sugeriu a organização do curso por eixos e reforçou a ideia de retirar os estágios de opção limitada do projeto, colocando-os em um documento à parte. Também levantou a preocupação sobre a segurança jurídica do curso e se o Projeto cumpre a legislação de formação de professores para a educação infantil e anos iniciais. Professora Fernanda esclareceu que o Grupo de Regulação já analisou o Projeto e o aprovou, mas que a professora Marineide poderia se aprofundar no tema. Professora Marineide explicou o histórico da educação das infâncias no Brasil e a importância de pensar uma formação para o professor polivalente, que atenda a diferentes campos e infâncias. Defendeu que o curso de Leila atende às Diretrizes Curriculares Nacionais, que preveem a formação de professores de nível superior para a educação básica. Professor Silvio agradeceu os apontamentos e defendeu a inclusão dos estágios de opção limitada no Projeto para ajudar na organização do currículo. Afirmou que o PPC está em conformidade com o Art. 61 da LDB e que o Procurador Institucional não levantou problemas. A presidência sugeriu que, devido ao adiantado da hora, os membros que desejassem se manifestar o fizessem em um último bloco de falas. Professor Danilo iniciou sua fala parabenizando o Grupo de Trabalho (GT) pelo projeto, que considerou muito bem estabelecido e não um trabalho feito às pressas, mas que foi trazido para discussão com um prazo muito curto. Expressou sua preocupação com o impacto em cursos como Biotecnologia, que dependem da oferta de disciplinas do curso de Biologia, e que o problema da falta de espaço físico e de docentes se agravará com os novos cursos. Questionou se a aprovação do curso estaria condicionada à contratação efetiva de novos professores, o que foi confirmado. Dado o cenário de suspensão de concursos, sugeriu que a comissão considerasse um tempo maior para amadurecer a proposta, talvez pensando em disciplinas alternativas, como uma com foco em questões climáticas e pedagógicas, para não sobrecarregar o curso de Biologia. Professor José Luiz retomou a questão da alocação de disciplinas e sugeriu, como uma saída para otimizar a oferta, a transferência da disciplina de Libras para o quinto quadrimestre, alinhando-a com a oferta já existente na Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) e aproveitando uma vaga de disciplina de opção limitada na matriz da Pedagogia. Alertou também para a dificuldade que os alunos, alocados no campus de Santo André, teriam para cursar as disciplinas de opção limitada que são ofertadas no

143

144

145

146

147

148 149

150

151

152

153

154 155

156

157

158159

160

161162

163 164

165

166

167 168

169 170

171

172

173174

175

176

177178

179

180 181

182

183 184

185

186 187

188

189 190

campus de São Bernardo. Professora Luciana Palharini, dialogando com as falas anteriores, aprofundou a questão da disciplina BIOA. Explicou que espera que, no futuro, os novos cursos como Pedagogia e Educação Física "alimentem" a Leila com docentes, mas que a realidade atual é de sobrecarga. Ponderou que, embora a disciplina traga um tema relevante, não seria necessário um especialista para ministrá-la a um público de formação polivalente, como os futuros pedagogos. No entanto, o problema reside no fato de que as turmas seriam mistas, com alunos de outros cursos. Sugeriu, assim como o professor Danilo, a criação de uma nova disciplina com eixo em sustentabilidade para não sobrecarregar o Bacharelado em Ciências Biológicas. Professora Fernanda concordou com a reflexão e traçou um paralelo com disciplinas como Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e Estrutura e Dinâmica Social (EDS), que são ministradas por docentes de diversas áreas das ciências sociais aplicadas, os quais se preparam para ofertá-las, cada um trazendo a perspectiva de sua área de formação. Defendeu que esse deveria ser o espírito para as disciplinas comuns dos cursos de ingresso, que não precisam ser especializadas. A professora Luciana Palharini concordou com a colocação e retirou a sugestão de criar uma nova disciplina. O professor Silvio, em sua resposta, afirmou que a consulta a especialistas da área indicou que um professor de pedagogia com formação adequada poderia ministrar BIOA. Sobre a sugestão do professor José Luiz de realocar a disciplina de Libras, considerou-a uma boa possibilidade para otimização da oferta. Professor Cesar questionou a inclusão de horas de disciplinas livres dentro da descrição dos núcleos, pois o termo "livre" por si só não se encaixaria em um núcleo com direcionamento de conteúdo. Nyla, representante discente, expressou a preocupação de que a Leila, como curso de ingresso, não formaria um professor polivalente capaz de atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, pois disciplinas como matemática, ciências naturais e história não estão contempladas em profundidade nas disciplinas obrigatórias, explicou que gostaria de mais disciplinas obrigatórias de disciplinas específicas. Professor Helói fez uma ponderação sobre o curso, opinando que o Projeto não demonstra uma inovação pedagógica, e que a preocupação da grade curricular parece estar focada em uma lógica de engenharia. Questionou as bases teóricas para a formação do curso. Professor Silvio respondeu que as bases teóricas estão presentes nas disciplinas de Fundamentos de Educação, e que o Projeto foi pensado para um currículo que contemple a formação social e cultural das infâncias e o contexto em que elas vivem. Defendeu que o Projeto é inovador, pois busca preencher as lacunas dos estudos sobre a formação de professores, em especial para a educação infantil. Explicou que a alocação de disciplinas livres dentro dos eixos se dá no cumprimento da DCN e do projeto da UFABC. Professor Cesar questionou o procedimento de alocar créditos de disciplinas livres dentro de núcleos temáticos específicos, como o Núcleo 1 e o Núcleo 2. Argumentou que, por definição, uma disciplina "livre" pode ser qualquer componente curricular da universidade e, portanto, não se pode garantir que seu conteúdo contribuirá para os objetivos de um núcleo em particular. Para ele, essa prática seria conceitualmente perigosa e poderia ser interpretada por um avaliador externo como uma inconsistência, uma vez que o projeto estaria contabilizando horas para um bloco temático sem ter controle sobre o que será cursado. Professor Silvio explicou que a inclusão das 68 horas livres no Núcleo 2 foi um artifício necessário para que o curso atingisse a carga horária mínima de 1.600 horas exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para aquele núcleo. Professora Fernanda lembrou que a formação de professores é submetida a mais condicionantes externos do que outros cursos, e que as DCNs oferecem uma justificativa sólida para eventuais desvios de diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da universidade. Sugeriu que a margem de disciplinas livres fosse concentrada no Núcleo 1, de formação geral, e que o Núcleo 2, por ser mais restrito, tivesse suas horas livres convertidas em disciplinas de opção limitada, aumentando a oferta destas para cumprir a carga horária exigida. Professora Marineide complementou a discussão sobre o currículo, explicando que ele é um campo em

192

193

194

195

196

197 198

199 200

201

202203

204

205

206

207208

209

210 211

212

213 214

215

216217

218

219

220

221

222

223

224

225

226 227

228

229230

231

232233

234

235236

237

238239

disputa e que a aposta do curso é na "homologia formativa", ou seja, formar o professor de modo análogo ao que se espera que ele faça em sua prática. Defendeu que a inovação do curso está em discutir a interdisciplinaridade dentro de uma estrutura disciplinar. Professora Mariana elogiou o Projeto e o trabalho de articulação entre as legislações externas e internas. Comentou que a LCH e a LCNE já possuem essa característica de não ter um professor especialista, mas um professor mais polivalente, assim como também não cumprem os 30% de créditos livres. Também informou que a plenária da LCH já aprovou uma proposta para retirar a carga extensionista da disciplina de Libras, para viabilizar a oferta da disciplina, o que pode influenciar as discussões do Projeto da Leila. Professor José Luiz expressou a necessidade de haver mais tempo para discussões. Defendeu que a interdisciplinaridade se dá com a presença de professores especialistas em suas áreas e reforçou a necessidade de contratação de docentes que não sejam "generalistas". Professora Fernanda comentou sobre o pedido de extensão da discussão, explicou que além do dia 28 de agosto, a próxima sessão só seria possível no dia 01 de setembro, em uma segunda-feira, um dia que não são previstas reuniões da CG e que poderia conflitar com outros possíveis compromissos assumidos pelos docentes. Relembrou que se o projeto não terminar de tramitar na CG, ele não será viabilizado para o próximo ano, e que neste caso, a velocidade em que se está discutindo o projeto se dá pelo tempo político. Professora Márcia Alvim solicitou um documento formal com segurança jurídica sobre a formação de professores para o ensino infantil e anos iniciais, para ser levado ao ConsEPE. Criticou a narrativa de que as quatro disciplinas básicas seriam o "DNA" da UFABC, afirmando que elas foram o resultado de negociações anteriores para evitar a criação de disciplinas. Professora Elizabete questionou a demanda regional para o curso de Leila, a necessidade da formação de professores para o ensino infantil e os anos iniciais e a preocupação com o mercado de trabalho para os futuros egressos. Professora Fernanda explicou que essa demanda foi debatida no momento de aprovação do curso no ConsUNI. Professora Suze ressaltou a seriedade do trabalho dos professores Marineide e Silvio e a importância do curso para atender à demanda regional. Defendeu que o problema da educação é mais profundo do que a grade curricular e que o Projeto da Leila é uma resposta inovadora para uma realidade devastada. Finalizou dizendo que o problema de alocação de docentes e a inserção no mercado de trabalho não são exclusividade da Leila, mas de outras licenciaturas e bacharelados da Universidade. Devido ao horário avançado, professora Fernanda informou que a continuação da sessão seria no dia 28 de agosto e encerrou a sessão às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. -----

241

242

243

244

245

246 247

248

249 250

251

252253

254

255

256257

258

259 260

261

262 263

264265

266

267

268269

270

271

272

273

274

275

276

277

278279

280 281

282

283 284

285

286 287

288

Ata da continuação da I sessão extraordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco, e realizada na Sala 312-3, Bloco A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André - SP. A reunião foi presidida pelo professor Marcelo Salvador Caetano, Pró-Reitor Adjunto de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Alysson Fábio Ferrari, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Andrea de Oliveira Cardoso, Vice-coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Arthur Caldeira Silva Leão, Representante Discente; Carolina Bezerra Machado, Coordenadora *pro tempore* do curso de Licenciatura em História; Cesar Monzu Freire, Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Danilo Trabuco do Amaral, Coordenador do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Danusa Munford, Coordenadora do curso de Engenharia Biomédica; João Lameu da Silva Junior, Vice-coordenador do curso de Engenharia Biomédica; João Ricardo Sato, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência; Luciana Nicolau Ferrara, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial;

Luiz Fernando Grespan Setz, Coordenador do curso de Engenharia de Materiais; Marcelo Bender Perotoni, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Márcia Helena Alvim, Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas; Maurício Richartz, Vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Mirela Inês de Sairre, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ouímica; Nyla Gabrielly Silva Dias, Representante Discente; Pedro Bravo de Souza, Vicecoordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Rafael Cava Mori, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Rafael Santos de Oliveira Alves, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Renata Simões, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Silvio Ricardo Gomes Carneiro, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia; Tânia Cristina Dória, Representante Técnico-administrativa suplente; Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades. Não votantes: Marcelo Tanaka Hayashi, Vice-coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Marineide de Oliveira Gomes, Docente do CCNH; Rail Ribeiro Filho, Administrador; Rodrigo Roque Dias, Coordenador Geral dos Cursos de Graduação (CGCG). Ausências Justificadas: Elias David Morales Martinez, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais: Gabriel Almeida Antunes Rossini, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Maisa Helena Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Marcos Vinícius Pó, Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Maria Candida Varone de Morais Capecchi, Coordenadora do curso de Licenciatura em Física; Michelle Sato Frigo, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Regimeire Oliveira Maciel, Coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Ausentes: Alexandre Acácio de Andrade, Coordenador do curso de Engenharia de Gestão; Ana Lígia Scott, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Camila Caldeira Nunes Dias, Coordenadora do curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Carlos Eduardo Gianetti, Representante Técnico-administrativo; Cristina Autuori Tomazetti, Coordenadora do curso de Engenharia de Energia; Marcia Aguiar, Coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática; Ronaldo Cristiano Prati, Coordenador pro tempore do curso de Bacharelado em Ciências de Dados. Apoio administrativo: Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração, e Gleica Rodrigues de Souza, Estagiária. Professor Marcelo Caetano cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e nove minutos. Pauta única: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes (Leila). Professor Marcelo informou que o professor Silvio apresentaria as modificações feitas no Projeto, considerando as sugestões feitas na primeira parte desta sessão. Propôs dois encaminhamentos a serem discutidos após a apreciação do Projeto: 1) preparação de uma recomendação da CG para a Comissão de Vagas sobre o perfil dos docentes a serem contratados para os novos cursos; 2) criação de um Grupo de Trabalho (GT), no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e das direções de centro, para subsidiar a definição do perfil dessas vagas. Em seguida, passou a palavra ao servidor Rail para uma breve fala sobre o processo de inserção das vagas do novo curso no SiSU. Rail explicou que o MEC define as datas e que, para um curso ser incluído, ele precisa primeiro constar no catálogo do e-MEC. Sugeriu que, devido aos prazos, o procedimento mais adequado seria inserir o número total de vagas da Leila no sistema do SiSU quando o período de adesão abrir, por volta de 13 de outubro, e, se necessário, retirá-las posteriormente. A seguir, professor Silvio apresentou as alterações no PPC. A primeira alteração foi a redução do número de vagas de 50 para 25 por turno, para adequar-se à capacidade das turmas de estágio, que comportam no máximo 15 alunos. Explicou que as disciplinas livres foram concentradas no Núcleo 1, para melhor conciliar as exigências

289

290

291

292

293

294 295

296 297

298

299

300 301

302

303

304 305

306

307 308

309 310

311

312

313 314

315

316

317

318

319

320 321

322

323 324

325

326 327

328

329 330

331

332 333

334

335 336

do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que são mais restritivas quanto aos Núcleos 2 e 3. Em relação à extensão, detalhou a proposta de cumprimento das 324 horas, que poderiam ser realizadas integralmente através de disciplinas com caráter extensionista ou com uma combinação de, no mínimo, 95 horas em disciplinas e o restante em projetos de extensão, desde que ligados a instituições de Educação Básica. Apresentou também o Quadro 6, sobre os estágios, que agora inclui requisitos e recomendações para a matrícula, tornando a progressão do estudante mais clara. Detalhou que o primeiro estágio ocorreria já no segundo quadrimestre do curso, sendo um estágio de observação, e que para os estágios seguintes seria necessário ter sido aprovado no estágio anterior. Finalizada a apresentação, professor Marcelo Caetano abriu para manifestações. Professor Cesar fez as seguintes sugestões: retirar dos quadros os campos de livres para os núcleos 2 e 3, para manter a consistência; revisar o esquema de cores da matriz curricular, em especial um tom de vermelho que não tinha correspondência no quadro e que remete a algo "errado"; ajustar a carga horária de 95 horas para 96 horas em atividades de extensão, para ser múltiplo de 12; alterar o texto referente aos requisitos dos estágios de "ter efetuado" para "ter sido aprovado"; e remover a expressão "ou outra que venha a substituí-la", por estar em desuso. Professor Rafael Mori questionou se as disciplinas livres com caráter extensionista poderiam ser aproveitadas e sugeriu que a limitação de horas em projetos de extensão fosse redigida como "serão contabilizadas no máximo 97 horas", para não desincentivar a participação dos estudantes. Professora Márcia Alvim sugeriu harmonizar a disposição das cores na matriz curricular e questionou a necessidade do Quadro 3, que especificava as disciplinas de TICE e Libras como obrigatórias com carga extensionista, argumentando que uma eventual mudança nessas disciplinas exigiria a alteração de todo o PPC. Apontou que, sem essas disciplinas, o cumprimento de 132 horas de extensão obrigatória ficaria inviável e sugeriu unificar as horas de extensão de disciplinas obrigatórias e de opção limitada. Professor Silvio acatou quase todas as sugestões do professor Cesar. Explicou ao professor Rafael que permitir opções livres na extensão poderia levar à escolha de atividades não relacionadas à Educação Básica, violando a DCN. Em relação às ponderações da professora Márcia, expressou receio de que a ausência de um componente obrigatório de extensão pudesse fragilizar a avaliação do curso. Professora Mariana reforçou a preocupação com a disciplina de Libras, relatando que a experiência na Licenciatura em Ciências Humanas mostrou dificuldades na execução de sua parte extensionista e que a LCH proporá a remoção dessa carga. Sugeriu também alterar o trecho "projetos realizados em instituições de Educação Básica" para "ações de extensão relacionadas à Educação Básica", a fim de conferir maior flexibilidade nas ações a serem realizadas. A discussão prosseguiu sobre a melhor forma de tratar a questão das disciplinas TICE e Libras, onde a professora Mariana explicou que quem deve propor a retirada ou não da carga extensionista de TICE é a LCNE. Nyla, representante discente, propôs a manutenção do quadro, removendo apenas a disciplina Libras e a criação de um documento complementar. Professor Marcelo Caetano Explicou que o E do TPEI não anula o T+P, mas sim o qualifica. Professor Silvio ponderou que a remoção do Quadro 3 e a flexibilização do Quadro 5. Professor Marcelo Caetano refletiu sobre a necessidade de atualização do projeto pedagógico em virtude de possíveis mudanças no caráter extensionista de disciplinas obrigatórias, como Libras. Foi explicado que, se uma disciplina como Libras perder sua metodologia extensionista, o Quadro 3 do PPC, que a lista explicitamente, precisaria ser atualizado. Contudo, se o quadro não existisse, a simples alteração da carga horária extensionista (o "E" no T-P-E-I) de uma disciplina não exigiria uma revisão completa do PPC, pois a carga horária total do componente não mudaria. Dada a sinalização de que disciplinas como Libras e TICE podem em breve deixar de ter carga extensionista, foi sugerido como alternativa omitir o Quadro 3 do documento. Para garantir que os alunos ainda pudessem

338

339

340 341

342

343 344

345

346 347

348 349

350

351

352

353 354

355

356 357

358

359 360

361 362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372373

374

375 376

377

378 379

380

381

382

383

384 385

cumprir as horas de extensão exigidas, propôs-se unificar a exigência, permitindo que as horas fossem cumpridas tanto em disciplinas obrigatórias quanto em disciplinas de opção limitada. Dessa forma, caso as disciplinas obrigatórias perdessem seu caráter extensionista, os alunos teriam uma via alternativa para integralizar a carga horária, resguardando o PPC. Sobre a criação de um novo documento complementar para listar as disciplinas extensionistas, foi lembrado que a universidade já possui um catálogo online de disciplinas com conteúdo extensionista, que poderia ser indicado aos alunos para consulta. Professora Márcia iniciou sua fala afirmando que a retirada do caráter extensionista das disciplinas de TICE e Libras parece ser uma exigência, visto que sua execução atual não atende às novas diretrizes e há relatos de docentes sobre a dificuldade em sua aplicação. Argumentou que, diante dessa perspectiva, o Ouadro 3 perde o sentido que possuía nos PPCs de 2022. Ressaltou que, se as 132 horas de extensão forem mantidas como exclusivas de disciplinas obrigatórias e TICE e Libras forem retiradas, os alunos não conseguirão cumprir essa exigência. Sugeriu dois caminhos:diminuir o total de horas obrigatórias de extensão, ou permitir que elas sejam cumpridas também com disciplinas de opção limitada. Mencionou que o PPC de Geografia adotou uma estrutura mais simples, com apenas duas linhas (disciplinas e outras atividades), o que facilitaria o entendimento por parte dos alunos. Professor Rafael Mori, sugeriu a criação de um documento complementar específico para indicar as disciplinas com caráter extensionista relacionadas à educação básica, ou que o catálogo de extensão já existente incluísse um marcador para identificá-las. Comentou sobre a importância de concentrar as informações, talvez remodelando o catálogo existente para incluir uma categoria específica de disciplinas extensionistas que ocorrem em instituições de educação básica, a fim de evitar a dispersão de informações. Professor Cesar reforçou o argumento da professora Márcia, destacando que a questão principal não é apenas a remoção do quadro, mas a garantia de que os alunos não fiquem impossibilitados de integralizar o curso. Se o PPC continuar a exigir horas de extensão em disciplinas obrigatórias e não houver mais disciplinas obrigatórias com essa característica, cria-se uma trava para o aluno. Professor Marcelo Caetano sintetizou a discussão, indicando que uma possível solução seria não delimitar as 132 horas de extensão apenas a disciplinas obrigatórias, mas estendê-las para incluir também as de opção limitada. Dessa forma, enquanto as disciplinas obrigatórias possuírem carga extensionista, elas serão naturalmente cursadas e, caso percam essa característica, os alunos terão um mecanismo de compensação. O professor Silvio concordou que essa descrição, ampliando o escopo para incluir as disciplinas de opção limitada, seria uma solução interessante. Após confirmar que a proposta contemplava as preocupações levantadas, e sem mais inscritos, a presidência propôs que o item fosse promovido do expediente para a ordem do dia, para que a discussão pudesse prosseguir para a deliberação, o que foi acatado pela comissão. Professor Marcelo elencou as alterações que seriam acatadas pelo proponente: as sugestões de texto e de ajuste de horas do professor Cesar, revisão do esquema de cores, remoção do Quadro 3 e alteração do Quadro 5 para permitir que as horas de extensão sejam cumpridas por meio de disciplinas obrigatórias ou de opção limitada. Professor Rafael Mori retomou a discussão sobre as disciplinas extensionistas livres serem consideradas para os créditos de extensão em disciplinas. Professor Silvio respondeu que elas apenas poderiam ser consideradas se fossem disciplinas ligadas à Educação Básica. Professor Rafael Mori sugeriu a criação de uma lista que delimitasse quais disciplinas poderiam ser cumpridas desta forma. Professor Silvio concordou que seria possível fazer esse quadro. Professor Cesar comentou que algumas disciplinas são tão específicas que deveriam ser disciplinas de opção limitada, e que a disciplina livre é para que o estudante "explore" a universidade. Professor Rafael Mori argumentou que uma disciplina livre, como Experimentação e Ensino de Química, que possui caráter extensionista e relação com a Educação Básica, deveria poder ser usada para cumprir a carga horária de extensão, mesmo

387

388

389 390

391

392 393

394

395 396

397

398

399

400

401

402 403

404

405 406

407

408 409

410

411 412

413

414 415

416

417

418 419

420 421

422

423

424 425

426

427 428

429

430

431

432

433 434

não estando no rol de disciplinas de opção limitada do curso. Isso ajudaria o aluno a cumprir as horas necessárias, especialmente com a provável saída das disciplinas de Libras e TICE do cômputo de obrigatórias com extensão. Professor Cesar contrapôs que, se uma disciplina é verdadeiramente "livre", o aluno poderia escolher qualquer outra sem relação com a área, como uma da engenharia aeroespacial. Impor a restrição "relacionada à educação básica" a descaracterizaria como livre, tornando-a, na prática, uma opcão limitada. Foi mencionado que. em um primeiro momento, as engenharias adotaram uma postura de aceitar qualquer atividade de extensão, independentemente da área de origem, para garantir que os alunos conseguissem cumprir a carga horária. Como um caminho intermediário, foi sugerida a possibilidade de reformular o Quadro 5, permitindo uma pequena e fixa quantidade de horas (sugeriu-se 36 horas) de disciplinas livres com caráter extensionista, dentro das 96 horas em disciplinas extensionistas. Professor Marcelo Caetano apresentou o catálogo de disciplinas extensionistas da UFABC, e sugeriu ser possível indicar, em algum campo de descrição das disciplinas, se ela é desenvolvida no contexto da educação básica. Professor Cesar apresentou uma preocupação de ordem operacional, sobre como o sistema acadêmico (SIG) identificaria quais disciplinas livres cumprem este critério. Destacou que, sem um "marcador" ou "flag" objetivo, a validação teria de ser feita manualmente pela coordenação do curso, o que seria impraticável. Professor Cesar e professor Silvio conversaram sobre as possibilidades de como incluir as disciplinas no SIG. A conclusão foi que, para ser reconhecida pelo sistema de forma automática, uma disciplina precisa de uma categorização clara. Professor Marcelo explicou que, caso o curso identifique disciplinas pertinentes que hoje são consideradas livres, o procedimento mais adequado seria adicioná-las formalmente à lista de disciplinas de opção limitada. Dessa forma, a regra se torna clara tanto para o aluno quanto para o sistema, evitando a ambiguidade conceitual e o problema operacional de se criar uma categoria de "disciplina livre com restrições". Professora Danusa concordou que a solução mais prática seria tratar essas disciplinas específicas como de opção limitada. Sem mais manifestações, professor Marcelo questionou se a Comissão se sentia confortável para deliberar sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Diante do consenso, o presidente resumiu as alterações que foram acatadas pelo proponente, professor Silvio, e que seriam incorporadas ao documento antes do seu encaminhamento à instância superior. As principais modificações foram: retirada da menção a disciplinas livres dos quadros dos núcleos; revisão do esquema de cores; alteração da carga horária de extensão de 95 para 96 horas; substituição do termo "ter efetuado" por "ter sido aprovado" nos requisitos das disciplinas; retirada do Quadro 3, que explicitava as disciplinas obrigatórias com carga horária extensionista; ajuste do Quadro 5, para permitir que as horas de extensão possam ser cumpridas tanto por disciplinas obrigatórias quanto por disciplinas de opção limitada. Com o compromisso do proponente de realizar todas as alterações listadas, professor Marcelo Caetano colocou em votação o Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes, sendo aprovado com três abstenções. Em seguida, a Comissão passou a discutir os dois encaminhamentos propostos no início da sessão. Professor Marcelo Caetano fez a leitura da minuta de recomendação à Comissão de Vagas e aos conselhos de centro, e também de outra, sobre a criação de um grupo de trabalho para definir o perfil das novas vagas docentes. Professor Cesar fez uma observação sobre os dois documentos apresentados. Apontou uma inconsistência no uso da sigla "Leila", dizendo que no primeiro documento, o de recomendação, a sigla era definida múltiplas vezes sem ser utilizada no texto. Em contrapartida, no segundo documento, sobre a criação do GT, a sigla era empregada diversas vezes sem ter sido previamente definida. Sugeriu, portanto, um ajuste para fins de clareza, de modo que no segundo documento a sigla fosse definida em sua primeira ocorrência e que, no primeiro, a definição fosse removida caso não houvesse uso. Professora Márcia Alvim sugeriu que a recomendação citasse explicitamente o relatório a ser produzido

436

437

438 439

440

441 442

443

444 445

446 447

448

449

450

451 452

453

454 455

456

457 458

459 460

461

462

463 464

465

466

467

468

469

470 471

472

473 474

475

476

477

478

479 480

481

482 483

pelo GT. Questionou a composição do GT, defendendo que deveria incluir apenas as direções dos centros responsáveis pelos novos cursos específicos, e sugeriu a inclusão de coordenadores de disciplina. Professor Maurício pediu esclarecimentos sobre o fluxo de trabalho do GT e a alocação das vagas nos centros. Professor Marcelo explicou ao professor Cesar que a parte dos considerandos é retirada dos atos decisórios, mas concordou que pode ser feita a alteração. Em resposta à professora Márcia sobre a composição do GT, foi esclarecido que a proposta original previa a participação de apenas a direção do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH). Contudo, após reflexão, considerou-se importante envolver as demais direções de centro que pudessem ser afetadas. A justificativa principal é a criação do futuro curso de Licenciatura em Educação Física, que também será impactado e se beneficiará das novas contratações docentes. Como o centro que abrigará este novo curso ainda não foi definido, e pode não ser o CCNH, a participação restrita à direção deste último seria limitante. Por essa razão, o texto foi alterado para incluir as "direções de centro impactadas", uma formulação que garante a inclusão de todos os centros que venham a ser envolvidos, sem antecipar uma decisão que ainda não foi tomada. Esclareceu que a definição de alocação das vagas não seria atribuição do GT, mas que seu relatório poderia subsidiar essa decisão. Professor Maurício observou que, embora um dos documentos fizesse menção à Licenciatura em Educação Física, o outro não, e observou que a participação dos três centros no GT seria importante, pois todos seriam impactados de alguma forma pela criação dos novos cursos. Ponderou quanto à viabilidade de iniciar a oferta do curso no ano seguinte, dado que o planejamento acadêmico já estava em andamento e os concursos para contratação de docentes estavam suspensos, posicionando-se a favor de um planejamento para início em 2027. Professor Silvio manifestou sua preocupação com os limites de atuação do GT, temendo que sua discussão extrapolasse o necessário para atender às demandas das disciplinas compartilhadas e acabasse por interferir na contratação de profissionais com perfis específicos para as necessidades do novo curso. Sobre a composição do GT, sugeriu que, para manter um número razoável de participantes, os coordenadores de curso pudessem indicar os coordenadores de disciplina para representá-los, caso não pudessem participar. Professora Márcia Alvim propôs que a composição do GT fosse restrita às "direções de centro responsáveis pela oferta dos novos cursos específicos", argumentando que a responsabilidade pela alocação de docentes recai sobre o centro ao qual o curso está vinculado. Alertou para que as novas vagas não fossem utilizadas para resolver problemas estruturais preexistentes de outros cursos e expressou preocupação de que a inclusão de representantes para todas as disciplinas compartilhadas tornasse o GT excessivamente grande e pouco funcional. Professor Marcelo Caetano, respondendo à preocupação do professor Silvio, reforçou que o propósito do GT é focar no perfil de vagas para a Leila e seus cursos de saída. Propôs que a presidência do GT ficasse a cargo do coordenador(a) do curso Leila. Professor Maurício levantou uma questão procedimental sobre o fluxo de trabalho, questionando como o perfil definido pelo GT seria implementado, uma vez que a abertura de concursos passa pela aprovação dos conselhos de centro. Professor Marcelo explicou ser uma discussão importante, mas não é algo a ser discutido nesta sessão. Professora Márcia Alvim sugeriu uma alteração na redação da recomendação: em vez de listar os critérios, o documento deveria recomendar à Comissão de Vagas e aos conselhos de centro que acatassem o relatório final a ser produzido pelo GT, e que o trabalho deste GT fosse, por sua vez, fundamentado nos critérios de impacto já discutidos. Comentou sobre o documento solicitado na sessão anterior, sobre a segurança jurídica para implementação da Leila. A presidência informou que a Procuradoria Educacional emitiu um parecer afirmando não haver restrição legal para que os egressos do curso atuem na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Professor Maurício reiterou sua preocupação com a incerteza sobre as vagas. Professor Marcelo Caetano explicou que a Universidade dispõe de 10 vagas para contratação imediata e tem o compromisso do MEC com

485

486 487

488

489

490 491

492

493

494

495 496

497

498

499

500 501

502

503 504

505 506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519 520

521

522523

524

525 526

527

528 529

530

531 532

534

535

536 537

538

539 540

541

542

543

544 545

546

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO Presidente

MARCELO SALVADOR CAETANO Vice-presidente

EDNA MARIA DE OLIVEIRA LOUREIRO Assistente em Administração

GLEICA RODRIGUES DE SOUZA Estagiária